



Assembleia Municipal de Setúbal

MOÇÃO

Pela solidariedade com o povo palestino e com o povo cubano

I. Palestina

A situação na Faixa de Gaza, volvidos quase três anos sobre o início da atual escalada, constitui uma das mais graves catástrofes humanitárias da história recente. Apesar do cessar-fogo formalmente em vigor desde 10 de outubro de 2025, a realidade no terreno permanece marcada por uma violência sistemática que a comunidade internacional qualifica, de forma cada vez mais assertiva, como genocídio.

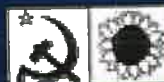
A Comissão Internacional Independente de Inquérito das Nações Unidas concluiu, em junho de 2026, que as autoridades e forças de segurança israelitas têm deliberadamente visado crianças palestinianas, configurando genocídio e crimes de atrocidade na Faixa de Gaza, bem como crimes de guerra na Cisjordânia ocupada. O relatório documenta que Israel matou cerca de 20.000 crianças e feriu mais de 44.000 desde 7 de outubro de 2023, apontando ainda para a destruição da infância enquanto fenómeno estrutural, através de lesões físicas e mentais graves, trauma em massa, orfandade, deslocações repetidas e prolongadas, fome e o colapso dos sistemas de educação e saúde.

Os dados atualizados da ONU, divulgados em setembro de 2026, revelam que quase um em cada quatro agregados familiares em Gaza é chefiado por uma mulher sozinha — cerca de 86.290 famílias —, o dobro da taxa registada antes de outubro de 2023. Entre outubro de 2025 e 28 de julho de 2026, 246 mulheres e raparigas palestinianas foram assassinadas, o equivalente a seis mulheres e raparigas mortas por semana. O número total de vítimas mortais notificadas desde o acordo de cessar-fogo ascende a 1.303 mortos e 4.336 feridos, segundo as autoridades palestinianas.

Especialistas das Nações Unidas, em declaração de agosto de 2026, registaram que só no mês de julho foram cerca de 160 palestinianos mortos em Gaza, elevando para mais de 1.200 o número de vítimas desde o chamado cessar-fogo. Os mesmos especialistas alertaram que "o genocídio continua sem travão", denunciando a contínua obstrução da entrada de ajuda alimentar, a inacessibilidade de terras agrícolas e de água potável e o bloqueio de fatores de produção agrícola, que impedem a população de se alimentar por si própria.

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV





Assembleia Municipal de Setúbal

A UNRWA, agência da ONU para os refugiados palestinos, alertou em setembro de 2026 para lacunas críticas na preparação para o inverno de 2026-2027, decorrentes de défices severos de financiamento e de restrições contínuas à entrada de fornecimentos e equipamentos essenciais na Faixa de Gaza. A agência continua a gerir a maior rede de campos de refugiados, albergando aproximadamente 65.000 deslocados internos em 114 abrigos de emergência. Na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Leste, a violência dos colonos atingiu níveis sem precedentes, com o estabelecimento de novos colonatos em violação do direito internacional e a morte de palestinos em incidentes ligados à violência de colonos.

II. Cuba

A situação em Cuba agravou-se de forma dramática desde o início de 2026, em resultado do bloqueio de combustíveis imposto pelos Estados Unidos da América. Em 29 de janeiro de 2026, uma ordem executiva presidencial decretou o bloqueio total de combustíveis à ilha, intimidando companhias de navios-tanque e proibindo o transporte de fornecimentos — incluindo peças para termoelétricas e sistemas fotovoltaicos. As fontes tradicionais de abastecimento — Venezuela e México — deixaram de enviar combustível, e Cuba declarou esgotamento total das reservas de diesel e fuelóleo em maio de 2026.

O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, apelou em junho de 2026 ao levantamento imediato das sanções, advertindo que a sua expansão está a causar graves consequências humanitárias e a pôr em risco a vida da população cubana. Türk sublinhou que a escassez de medicamentos e de material médico está a colocar vidas humanas em risco, descrevendo a situação como "inaceitável", e que as medidas aprofundaram a crise energética, provocando apagões prolongados e perturbações na produção de alimentos, nos serviços de saúde e nas operações humanitárias.

Especialistas das Nações Unidas, em declaração de agosto de 2026, alertaram que as consequências humanitárias se estão a converter numa crise de grandes dimensões, ameaçando os direitos à saúde, à vida, à alimentação e ao desenvolvimento. Os setores da energia, dos transportes, de abastecimento de água e dos serviços básicos estão a falhar simultaneamente. As agências da ONU em Cuba advertiram para riscos crescentes de insegurança alimentar e para a escassez de medicamentos e bens de primeira necessidade, com repetidos colapsos da rede elétrica nacional e apagões prolongados que interrompem os serviços de saúde e causam escassez crítica de medicamentos e de capacidade de tratamento do cancro.





Assembleia Municipal de Setúbal

A crise energética tem consequências diretas e severas na saúde pública. Segundo dados de um relatório do Senado dos EUA, mais de 100.000 cirurgias foram adiadas, incluindo 12.000 procedimentos pediátricos, devido à escassez aguda de medicamentos e material médico. A taxa de sobrevivência ao cancro infantil caiu de 85% para 65%, e a disponibilidade de medicamentos essenciais reduziu-se a cerca de 30% do nível normal. O sistema de saúde enfrenta ainda situações em que cirurgias tiveram de ser concluídas com iluminação de recurso, e recém-nascidos dependentes de incubadoras veem a sua sobrevivência ameaçada quando os geradores hospitalares falham.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária a 25 de Setembro de 2026, delibera:

1. Manifestar a sua solidariedade com o povo palestino e com o povo cubano, vítimas de agressão, ocupação e bloqueio que violam o direito internacional e os direitos humanos.
2. Condenar veementemente o genocídio em curso na Faixa de Gaza, exigindo um cessar-fogo efetivo, imediato e duradouro, o acesso humanitário pleno e o fim da ocupação e colonização dos territórios palestinos.
3. Apelar ao Governo português para que reforce a sua ação diplomática em defesa do reconhecimento pleno do Estado da Palestina e da implementação da solução de dois Estados, com as fronteiras anteriores a 1967 e Jerusalém Leste como capital.
4. Exigir o levantamento imediato e incondicional do bloqueio económico, comercial e financeiro dos EUA contra Cuba, incluindo o bloqueio de combustíveis, que constitui uma violação flagrante do direito internacional e uma punição coletiva contra o povo cubano.
5. Instar o Governo português a utilizar todos os instrumentos diplomáticos ao seu alcance para contribuir para o fim do bloqueio a Cuba e para o desbloqueio dos fornecimentos essenciais, designadamente medicamentos, alimentos e combustível.
6. Remeter a presente moção ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, aos grupos parlamentares da Assembleia da República e às Embaixadas de Cuba e Palestina em Portugal.

Os eleitos da CDU,

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

